



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

PROPOSTA CCEEE Nº 28/2021

Processo: CF-06184/2021

Tipo do Processo: Finalístico: Proposta de Coord. de Câmaras Especializadas ou Coord. Nac. de Comissões de Ética

Assunto: Proposta 28/2021 - CCEEE: Proposta de DN para Fiscalização dos provedores de internet

Interessado: Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Elétrica

| | |
|------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| Temas (art. 2º da Resolução nº 1.012/2005) | I – Exercício e atribuições profissionais |
| | II – Registro de profissionais e de pessoas jurídicas |
| | III – Verificação e fiscalização do exercício e atividades profissionais |
| | IV – Responsabilidade técnica e ética profissional |
| Assunto | Proposta de Decisão Normativa para Fiscalização dos provedores de internet |
| Proponente | CCEEE |
| Destinatário | CEEP |
| Item do Plano de Ação | |

Os Coordenadores e Representantes de Plenário da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Elétrica - CCEEE dos Creas, reunidos no período de 22 a 24 de novembro de 2021, aprovam proposta de seguinte teor:

a) Situação Existente:

Considerando a necessidade de aplicação do Manual de Fiscalização da CCEEE ou dos Creas;

Considerando os diversos acórdãos exarados pelos órgãos de controle externo federal TCU e CGU acerca da fiscalização do exercício profissional da Engenharia e Agronomia pelos Creas;

Considerando que a Decisão PL 0037/2021 aprovou as diretrizes e os assuntos das pautas das Coordenadorias das Câmaras Especializadas e Comissões de Ética dos Creas;

Considerando que o art. 2º da Resolução nº 1012, de 10 de dezembro de 2005, define que os temas a serem abordados pelas coordenadorias das câmaras especializadas dos Creas são os seguintes: I – exercício e atribuições profissionais; II – registro de profissionais e pessoas jurídicas; III – verificação e fiscalização do exercício e atividades profissionais; e IV-responsabilidade técnica e ética profissional;

Considerando que o art. 36 do Anexo II da Resolução nº 1.012, de 2005, fixou que durante a primeira reunião, os coordenadores nacionais e os coordenadores nacionais adjuntos eleitos se reúnem com a comissão permanente responsável pelo exercício profissional para traçar diretrizes de trabalho e uniformizar a atuação das coordenadorias das câmaras especializadas dos Creas;

Considerando que o art. 1º do Anexo II da Resolução nº 1.012, de 2005, compete a CCEEE buscar unidade de ação e maximizar a eficiência dos Creas;

Considerando que o art. 9º da Resolução nº 218, de 1973, compete ao Engenheiro Eletrônico, Engenheiro Eletricista Modalidade Eletrônica ou Engenheiro de Telecomunicações das atividades de 01 a 18 da referida resolução referente a Sistemas de Comunicação e Telecomunicações;

Considerando que o art. 1 da Resolução nº 380, de 1993, compete ao Engenheiro de Computação das atividades de 01 a 18 do artigo 5º da Resolução nº 1073/2016 da referida resolução referente a Sistemas de Comunicação e Telecomunicações;

Considerando que de acordo com o art. 3º Anexo I da Resolução nº 614/2013-ANATEL o SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) é um serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional e internacional, no regime privado, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, permitindo inclusive o provimento de conexão à internet, utilizando quaisquer meios, a assinantes dentro de uma Área de Prestação de Serviço.

Considerando que de acordo com o art. 69 da Lei nº 9.472/1997 que telecomunicação é o modo específico de transmitir informação, decorrente de características particulares de transdução, de transmissão, de apresentação da informação ou de combinação destas, considerando-se formas de telecomunicação, entre outras, a telefonia, a telegrafia, a comunicação de dados e a transmissão de imagens;

Considerando que de acordo com o art. 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.194/1966, que telecomunicação é uma atividade característica da engenharia, e

Considerando que o Ministério do Trabalho editou as normas regulamentadoras NR10, NR35 e NR15 anexo 7, reconhecendo os riscos nas atividades laborais relativas às atividades de telecomunicações.

b) Proposição:

Proposta de minuta de Decisão Normativa para Fiscalização da atividade de provedores de internet.

c) Justificativa:

Aumento da invasão por profissionais de outros Conselhos de Fiscalização Profissional em atividades da Engenharia Elétrica, em especial a área de telecomunicações. As dificuldades da fiscalização dos Creas na área de Telecomunicações em especial de se definir os limites da atuação de demais profissionais e quando ocorre a invasão das atividades da engenharia, tendo a devida cautela pois embora o Sistema Confea/Crea não tenha perdido seu poder de polícia o Sistema Confea/Crea não regulamenta os demais Conselhos de Fiscalização de Profissional.

Nos últimos anos tem aumentado significativamente a quantidade de acidentes com provedores de internet e isso requer do Sistema Confea/Crea uma maior atenção para buscar sua missão de benefício e proteção da sociedade das ações referentes ao exercício ilegal e má conduta profissional na Engenharia. Assim o Estado Brasileiro garante segurança na prestação dos serviços de telecomunicações através das suas autarquias federais do Sistema Confea/Crea, através da verificação, controle e a fiscalização do exercício profissional visando ao benefício e à proteção dos interesses da sociedade.

Cita-se aqui alguns acidentes envolvendo a área de telecomunicações por todo o Brasil, inclusive com vítimas fatais e em alguns casos envolvendo empresas sem registro no Sistema Confea/Crea e/ou responsável técnico:

I - <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/07/21/funcionario-de-empresa-internet-leva-choque-cai-telhado-casa-fortaleza.html>;

II - <https://piauihoje.com/noticias/municipios/funcionarios-de-provedor-de-internet-morrem-ao-sofrer-descarga-eletrica-em-timon-345178.html>

III - <https://sertaoinformado.com.br/funcionario-de-provedor-de-internet-fica-ferido-apos-cair-de-torre-no-municipio-de-sousa/>

IV - <https://globoplay.globo.com/v/8910897/programa/>

d) Fundamentação Legal:

Lei nº 5.194/1966;

Lei nº 9.472/1997;

Resolução nº 218/1973-Confea;

Resolução nº 380/1993-Confea;

Resolução nº 1073/2016-Confea, e

Resolução nº 614/2013-ANATEL.

e) Sugestão de Mecanismos para Implementação:

Encaminhar a Comissão de Ética e Exercício Profissional – CEEP para apreciação e posterior envio ao Plenário do Confea para homologação.

FOLHA DE VOTAÇÃO

| CREA | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | OBSERVAÇÃO |
|---------|-----|-----|-----------|----------------------|
| Crea-AC | X | - | - | |
| Crea-AL | X | - | - | |
| Crea-AM | X | - | - | |
| Crea-AP | X | - | - | |
| Crea-BA | - | - | - | Ausente |
| Crea-CE | X | - | - | |
| Crea-DF | - | - | - | Ausente |
| Crea-ES | - | - | - | Ausente |
| Crea-GO | X | - | - | |
| Crea-MA | - | - | - | Coordenador Nacional |
| Crea-MG | X | - | - | |
| Crea-MS | X | - | - | |
| Crea-MT | X | - | - | |
| Crea-PA | X | - | - | |
| Crea-PB | X | - | - | |
| Crea-PE | X | - | - | |
| Crea-PI | X | - | - | |
| Crea-PR | X | - | - | |
| Crea-RJ | X | - | - | |
| Crea-RN | X | - | - | |
| Crea-RO | X | - | - | |
| Crea-RR | X | - | - | |
| Crea-RS | - | - | - | Ausente |
| Crea-SC | - | - | - | Ausente |
| Crea-SE | X | - | - | |
| Crea-SP | X | - | - | |

| | | | | |
|--------------------------|-----------|----------|----------|--|
| Crea-TO | X | - | - | |
| TOTAL | 21 | 0 | 0 | |
| Desempate do Coordenador | | | | |

| | | | | | |
|---|--------------------------|--|----------------------|--|--------------|
| X | Aprovado por unanimidade | | Aprovado por maioria | | Não aprovado |
|---|--------------------------|--|----------------------|--|--------------|



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Moreira Lima Silva, Usuário Externo**, em 08/12/2021, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0535547** e o código CRC **B530BEA9**.